Fronteiras do Jornalismo - Elementos de transdisciplinaridade intersemiótica e intermidiática como produtores de linguagens híbridas parajornalísticas[1]

Chris Benjamim Natal[2]

Universidade Metodista de São Paulo – Umesp, e Faculdades Alves Faria – AlFa

Resumo

À margem de discussões de reserva de mercado e propriedade da formação jornalística e de outras associações de classe relacionadas, jornalistas têm sucessivamente executando funções e utilizando linguagens fronteiriças àquela academicamente definida como sua, como por exemplo quando se une à investigação histórica na construção de biografias. Ao mesmo tempo, profissionais destas outras áreas das ciências humanas, vizinhas, se utilizam de linguagem jornalística e/ou assemelhada em seus textos. Em um estudo exploratório-descritivo teórico, busca-se mostrar como o jornalismo se tem mostrado transdisciplinar, transmidiático e transemiótico e a problemática causada pela dificuldade de definição de tais áreas parajornalísticas.

Palavras-chave

Fronteiras do jornalismo; parajornalismo; transmídia; linguagem jornalística; autor.

1. Introdução

O Brasil é um dos poucos países do mundo onde a atividade jornalística profissional é normatizada. Há, no país, algumas leis afins, a maior das quais o controverso decreto-lei que entrou em vigor durante a ditadura militar (Decreto-lei 972, de 17 de outubro de 1969), no cume do período da vigência do infame Ato Institucional nº 5, que radicalizou a ditadura instituindo a censura prévia. Esta Lei de Imprensa trata, entre outras questões, especificamente de sua formação obrigatória, tentando definir aonde começavam e terminavam funções dentro das redações. Esta legislação, francamente desatualizada e em forte desuso, tem sido contestada judicialmente com argumentos diversos, entre os quais o da liberdade constitucional de expressão. De fato, esta argumentação se encontra atualmente em trâmite, pontuada por liminares, agravos de instrumento e instâncias, dividindo a categoria, de bruta maneira, entre aqueles que são a favor e contra a obrigatoriedade da graduação específica.

[1] Trabalho apresentado à Sessão de Temas Livres.

[2] <chrisbnatal@yahoo.com> Australiano, cidadão brasileiro. Doutorando, mestre e bacharel em Comunicação Social, sempre pela Umesp. Jornalista, criador de agências/veículos em diversas mídias, coordenador de cursos de comunicação, escritor, crítico, semiólogo, consultor de criação/reforma de cursos de graduação/pós, consultor de criação de departamentos de comunicação/marketing, educador, tradutor, psicanalista, publicitário e mercadologista. Subcoordenador do NP de Histórias em Quadrinhos da Intercom. Membro fundador do antigo GTHQ, em 1995.

Entre as várias entidades que representam os jornalistas no Brasil, a Federação (Nacional dos Jornalistas), que congrega os Sindicatos (de Jornalistas Profissionais) de cada Estado, é ferrenho defensor dessa obrigatoriedade, seguido de perto pelos representantes de cursos superiores, grandes interessados. A argumentação é a de que o profissional formado, teoricamente, possui não só uma maior técnica para exercer sua função, mas também mais sólidos conhecimentos sobre princípios éticos, o que o levaria a ser mais cuidadoso com as conseqüências de suas reportagens por sobre a vida das pessoas às quais afetam.

Opondo-se à medida estão a maioria dos donos de jornais, que se preocupam em ter que contratar somente certo tipo de profissionais, devidamente representados, sendo assim obrigados – sempre *teoricamente* – a pagar-lhes maiores salários. Grande quantidade de "jornalistas práticos" ou "históricos", como são por alguns chamados, não sem certo sarcasmo, aqueles que não possuem formação superior específica, são, também, contrários à legislação citada. Argumentam, principalmente, que os atuais currículos dos cursos superiores na área não contemplam as reais necessidades mercadológicas práticas dos jornalistas e que, portanto, não servem com exemplo de formação. Lembram ainda que a Fenaj congregaria um número muito maior de assessores de imprensa do que jornalistas propriamente ditos, o que já nos traria à discussão em torno da interdisciplinaridade da profissão desta qualidade de assessor.

A discussão, portanto, se dá em torno da reserva de mercado, contrapondo aqueles que a crêem necessária e, mais do que isso, importante para a sociedade, e outros que pensam ser isso exatamente o oposto, portanto, de que a opinião pública necessita de maior pluralidade de visões.

Decisões judiciais que formam jurisprudência provisória (não confirmada em instâncias superiores) têm demonstrado que a argumentação acerca da suposta proibição de leigos nas páginas das folhas brasileiras carece de conhecimento amiúde das páginas das mesmas e do que se encontra por trás delas. Parte deste desconhecimento é resultado da radicalização do posicionamento da própria Fenaj, que de fato prega historicamente esta obrigatoriedade, sem levar em conta meandros da atuação, supondo ser esta plana e claramente definível, ignorando especificidades, idiossincrasias, cruzamentos com outros ramos de atuação e casos nebulosos, nos quais o trabalho do profissional não foi ainda claramente definido entre jornalismo ou não, e dificilmente o será, segundo veremos no corpo desta pesquisa.

O fato é que a própria discussão não está clara entre suas facções dentro das próprias frentes antagônicas. Embota-se, historicamente, entre outros fatores, devido a uma definição unificada e universal, ou ao menos nacionalmente aceita, de jornalista. Contrários mais moderados ao posicionamento do sindicato, em busca de elementos para um consenso, indicam que uma defesa ficaria mais fácil caso se tratasse não do jornalismo como um todo, mas apenas de algumas de suas subdivisões possíveis, posições específicas e mais bem definidas dentro de um periódico informativo, quais sejam as de repórter, redator, editor e editorialista, além das chefias de áreas específicas do jornalismo (como a própria reportagem, edição e redação), deixando de fora aquelas que podem se confundir: fotógrafo, diagramador, colunista, articulista, comentarista e afins, como cargos a serem nomeados por empregadores simplesmente entre aqueles mais competentes para tanto. Este posicionamento, por menos radical, infelizmente não foi ainda considerado como tão sério quanto os discorridos anteriormente, paradoxalmente, mais bem organizados até então.

Além disso, entre os que não detraem algum tipo de obrigatoriedade ao exercício do jornalismo, há aqueles que acham que se deveriam aceitar pessoas graduadas em qualquer nível superior, outros que aqueles passados por cursos de comunicação, qualquer que fosse a especialidade, outros pregam que, além da graduação em jornalismo, qualquer pós-graduação específica também serviria. Qualquer discussão acerca do ramo tem, portanto, que considerar toda esta gama de possibilidades.

Do outro lado, o argumento é de que a Fenaj congrega mais assessores de imprensa do que jornalistas propriamente ditos, o que já nos traz à discussão sobre a interdisciplinaridade da posição de assessor de imprensa, e se ela seria, de fato, prerrogativa da mesma formação, o que será abordado mais à frente.

Outras questões legais, recentemente, trouxeram novamente o assunto à tona. A primeira foi a tentativa, todavia presente, de se instituir, via projeto de lei enviado pelo executivo federal para aprovação, tratando da aprovação de um Conselho Federal de Jornalismo, que auto-normatizaria a profissão, tendo este sofrido muitas críticas por apresentar trechos subjetivos no texto, o que traria margem para interpretação errônea e poderia dar abertura para legitimação de limitações autoritárias, como o controle governamental. Também se o critica por, supostamente, ter se desviado da ideologia primeira, qual seria a de fazer, de fato, um conselho de auto-fiscalização pluralista, aos

moldes da Ordem dos Advogados do Brasil, e por não apresentar limites para a atividade jornalística.

Outra tentativa de normatização neste atual furor legislativo, assunto ainda mais diretamente envolvido com a temática ora apresentada, é a regulamentação da função de assessor de imprensa, projeto em discussão nos órgãos legislativos federais que qualificaria a mesma, também, como exclusividade do formado em jornalismo, o que provocou forte grita do sindicato federal dos Relações Públicas, que sequer a reivindica como prerrogativa sua, mas luta pela manutenção de seu direito à mesma.

Em outros países, notadamente América Anglo-Saxônica e Europa, a função específica de um especialista no trato com a imprensa é rara (nem sequer tem tradução para o inglês, por exemplo). Tem-se, em verdade, grande quantidade de relacionistas (formados em relações públicas) que cuidam desta e de outras funções, como o porte de voz, a construção de discursos e a preparação para eventos. No Brasil tenta-se estabelecer esta profissão como individual, mas até o momento o patente crescimento do mercado de comunicação organizacional (empresarial e institucional) tem sido dominado, principalmente, por formandos e formados em jornalismo, em primeiro lugar, seguido por relacionistas, publicitários, mercadologistas e outros profissionais.

Como lhe é peculiar, a academia persegue a tendência e, dado o aparente forte desconhecimento do mercado acerca da função específica do relacionista, inclui cada vez mais a comunicação empresarial (sic) nos currículos dos cursos mencionados, além de disciplinas similares em cursos afins, sobre os quais melhor se discorrerá mais à frente. Até mesmo a formação tecnológica, geralmente feita em quatro ou cinco semestres, tem se espalhado como aparente resposta, com cursos de Tecnologia em Comunicação Empresarial, entre outros (Tecnologias em Marketing, Produção de Rádio e TV, Produção de Publicidade e Propaganda, Webdesign, Fotografia, etc).

À margem de todas estas macro-discussões, jornalistas têm sucessivamente executando funções e utilizando linguagens fronteiriças àquela academicamente definida como sua. Como se dão estas atuações – que pressupõem permanente adaptação intersemiótica de linguagens – e os mais importantes resultados das mesmas no Brasil e no exterior, tendo sido publicados/demonstrados e/ou estando acessíveis no país, em uma pesquisa analítica, é o que se pretende demonstrar, sem que delas se faça juízo de valor.

2. Tema

Mesmo com múltiplas definições, conforme academicamente estabelecido, jornalistas formados ou práticos se tem mostrado, nas realidades brasileira e mundial, mais do que interdisciplinares, transdisciplinares. Este estudo exploratório-descritivo teórico busca mapear a atuação parajornalística, ou seja, híbrida, na fronteira da profissão, em uma intersemiose linguística.

A pesquisa se justifica na relevância de tal definição de funções em um momento, conforme discorrido, de fortes discussões acerca da regulamentação da profissão jornalística, assim como meandros e limitações da mesma.

Não há, que se saiba, um estudo que vá além de limitar a atuação jornalística dita "pura", abordando suas fronteiras, o que leva à necessidade de um levantamento exploratório-descritivo, que abra caminhos para pesquisas posteriores mais específicas em determinados detalhes.

3. Quadro teórico de referência

Entre os diversos autores que se debruçaram ao desafio de definir o termo "notícia", muito poucos concordam entre si. Senão vejamos uma breve seleção de alguns comentários constantes no extenso verbete específico "notícia" do próprio Dicionário de Comunicação:

> "Relato de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade, e capaz de ser compreendido pelo público. (...) Para Charles Dana, 'é algo que interessa a uma grande parte da comunidade e nunca tenha sido levado a sua atenção'. Os editores da revista *Colliers Weekly* definem notícia como 'tudo o que o público deseja saber; tudo aquilo que o público deseja falar; (...) é a informação exata e oportuna dos acontecimentos, descobrimentos, opiniões e assuntos de todas as categorias que interessam aos leitores (...)." (RABAÇA & BARBOSA, 1987, p.418)

As definições, como se vê, esbarram entre si. Não há duas iguais. A primeira, dos próprios autores, pressupõe a atualidade como fator preponderante. A de Dana exclui este obrigatoriedade, dizendo que quando quer que determinada informação não tenha sido levada ao conhecimento da comunidade, ainda é notícia. Interessante

perceber que, aqui, não se leva em consideração a possível segmentação, ou seja, que parte desta comunidade de fato é público do veículo noticioso em questão. A definição da revista citada sobressai o interesse público em primeiro lugar, exacerbando a questão da exatidão da informação, e em seguida explicando que isso se dá conquanto que de interesse dos leitores (da publicação, supõe-se).

Na tentativa de se fazer um resumo e aparar as arestas entre as visões, esta pesquisa utilizar-se-á da seguinte definição: notícia é "o fato relevante para o público-alvo". Desta maneira se supõe que: 1 – a notícia deve buscar se basear em fatos, e não em possibilidades ou inverdades; 2 – estes fatos devem possuir importância para 3 – o grupo de espectadores específicos de determinado veículo midiático. Assim, o que é notícia para certo segmento pode não o ser para outro, e a questão temporal é desconsiderada, como nas visões de Dana e da Colliers.

Debrucemo-nos, agora, sobre o começo do não menos o extenso verbete "jornalismo" do mesmo Dicionário:

> "Atividade profissional que tem por objetivo a apuração, o processamento e a transmissão periódica de informações da atualidade para o grande público ou para determinados segmentos deste público, através de veículos de difusão coletiva (jornal, revista, rádio, televisão, cinema, etc.)." (idem, p.346)

Seguem muito mais detalhamentos e visões acerca da profissão, muitas conflitantes, entre as quais aquela disposta na própria Lei de Imprensa (já abordada na introdução). Uma vez mais, nota-se a importância dada à atualidade. Deve-se, portanto, discutir qual atualidade é esta à qual nos referimos; ao leitor que desconhece determinada informação ou ponto de vista, este ainda lhe é atual. Novamente, a acepção é demasiado longa, dispersa e imprecisa. Assim, no sentido de resumir e facilitar a compreensão, utilizar-se-á a definição de que jornalismo é "a atividade profissional dedicada à passagem de informações noticiosas e interpretativas ao público-alvo".

Com relação ao paradigma do "fato", ainda há que se discutir o problema proposto pelo filósofo Karl Popper (FERREIRA, 2002), segundo o qual não há fato, apenas interpretação e portanto todas as informações passadas pelo jornalismo não seriam senão formas de se adaptá-las à inteligibilidade, e assim sacrificar parte do fato, inclusive devido à forte pressão pela qual passa o profissional desta área. Assim, uma

das mais criticadas visões acerca do jornalismo, a Teoria do Espelho (OLIVEIRA, 2003, p.7-14) diz que as notícias são como são porque a realidade assim as determina. Apesar de fortemente detratada, esta ainda é a âncora de todos os manuais de redação dos periódicos brasileiros, aparentemente por representar um "ideal" ao qual deve, ou deveria buscar, todo bom jornalista.

Outras questões sempre defendidas nos manuais (CAPRINO, 2003) como norteadoras do comportamento ético (reforçando a Teoria do Espelho) são objetividade, apartidarismo, isenção, distanciamento ideológico. O jornalista deveria se abster de interpretar, somente *reportando*. Assim, não ocorreria emotividade, o que poderia levar ao sensacionalismo, palavra infame no vocabulário da profissão, mas que Marques de Melo (1986) garante ser prerrogativa ainda hoje.

O repórter, portanto, deveria se pautar pela "invisibilidade", abstendo-se mesmo de estilo, para não se interpor como ruído interpretativo entre o fato e o público-alvo. Desta acepção (e da suposição da falta de tempo por parte do leitor) vem, por exemplo, a imposição do chamado *lead* como primeiro parágrafo de todas as notícias, de forma a resumi-las com suas características principais e possibilitar, se for o caso, a leitura de somente esta parte da matéria. Vem também o termo "nariz de cera" como jargão profissional injuriar qualquer primeiro parágrafo que não seja *lead*.

Admitindo-se, porém, que, se sequer a foto é absoluta (BARTHES, 1990), o relato humano é menos ainda, uma corrente fortemente antagônica decretou que a reportagem poderia ter valor literário. (CIVITA, 2003, FARO, 1999, p. 64-70, DANTON, HIME e INSTITUTO GUTENBERG, todos 2004). É o "novo jornalismo", cujo marco inicial é, oficialmente, meados da década de 60, mas que em verdade é muito mais antigo, senão vejamos "Os Sertões", de Euclides da Cunha. Da mesma forma, um gênero literário é quase prerrogativa dos jornalistas (AMÂNCIO, 1991, p. 9 a 13), que se tornam, muitas vezes, prioritariamente escritores profissionais: a crônica. Há mesmo um subgênero chamado reportagem-ensaio (VARGAS, 2001). O novo jornalismo gerou ainda um subgênero, ou "filho bastardo", como quer Czarnobai (2003), o novo jornalismo, inaugurado por Hunter Thompson, cujo ápice foi o livro "Medo e delírio em Las Vegas". É o gonzojornalismo, cuja definição escapa mesmo a seu criador, mas seria um jornalismo literário carregado de crítica social travestida de sarcasmo e cinismo, que definitivamente não se preocupa nem um pouco com a objetividade. De fato, os jornalistas são, geralmente, os personagens principais dele.

Este estilo tem forte influência no jornalismo ainda hoje, com o maior representante da atualidade sendo Michael Moore, seus livros, documentários cinematográficos e programas de televisão, todos grandes sucessos populares.

Grande parte destas mesmas obras se tornam, por definição, relatos de uma época, como de resto o são os meios de comunicação em geral, mas desta forma mais diretamente. Por conseguinte, são retratos da história, o que nos traz a outra reflexão, qual seja, a do jornalismo histórico. Segundo Rizzo (2004), os livros escritos por jornalistas, a maioria dos quais relatos de acontecimentos e biografias, têm tido tamanho sucesso editorial, guardadas as devidas proporções do mercado brasileiro, que as editoras têm tido bons olhos a propostas destes autores (ver ainda PENA, 2001).

Outro estilo jornalístico, carregado de crônica, derivado no novo e do gonzo, com forte preocupação de fazer relatos etnográficos (sem rigor científico, no entanto) e influência nas artes gráficas e pop-art é o jornalismo verboicônico, o nome semiótico oficial (QUELLA-GUYOT, 1990) do jornalismo em quadrinhos. Tome-se por exemplo as obras de Joe Sacco (2002) na correspondência de guerra: são legítimo novo jornalismo em formato iconográfico (ARBEX JR, PORTARI, ambos 2002, MARON, 2004). Também o gonzojornalismo não ficou atrás, produzindo suas próprias obras, notadamente Crumb (2004). Há mesmo um protagonista de HQ de ficção publicado em revista mensal (ELLIS, 2002 a 2004) que é um gonzojornalista (MORAES, 2004). Os intercruzamentos, no entanto, não param neste ponto: há ainda o novo jornalismo histórico neste formato, com biografias de personagens da história, normalmente recente (MOORE, 2000, TOSHIO BAN, 2003, NAKAZAWA, 1999). Uma destas biografias, no caso sobre o holocausto judaico durante o nazismo, levou seu criador, o cartunista Art Spiegelman, a ganhar o maior prêmio de jornalismo existente (ver NARANJO, 2004).

O jornalismo se intercruza, ainda, com a arte audiovisual (cinema, compreendido aqui como obras filmadas em geral, portanto incluindo vídeo e DVD, programas de televisão): o documentário jornalístico, e o jornalismo audiovisual com estilo literário: documentário novojornalístico; documentário gonzojornalístico; filme histórico/documental; crônica cinematográfica. Somado à produção editorial, artes gráficas e eletrônicas: a diagramação ou design gráfico de impressos e produtos hipermidiáticos (eletronicamente interligados a maiores aprofundamentos); os infográficos, as "revistas-infográfico", os "livros-infográfico" (como GUSMAN, 2004).

Radicalizando-se a autoralidade nas mídias artísticas impressas e eletrônicas, tem-se: "jornal de artista", fanzine, "livro de artista" (SILVEIRA, 2002).

Na pedagogia, a linguagem jornalística é utilizada em cartilhas, apostilas, livros didáticos, quadrinhos didáticos, periódicos na sala de aula. O jornalismo é utilizado para se ensinar redação, retórica (PAIVA, 1999). Jornalistas se tornam *"coaches"* e palestrantes, devido a sua experiência falando com grande público. Publicações de jornalismo em quadrinhos são utilizadas para ensinar passagens da história, como a bomba de Hiroshima (NAKAZAWA, 1999), a guerra do Paraguai (MOURA, 1999), a Guerra de Canudos (GERALDO, 1977, adaptação do livro "Os Sertões", de Euclides da Cunha), o Japão medieval (INOUE, 2001 a 2004). Textos tidos como mais complicados são transformados em jornalismo quadrinístico para ampliar seu público leitor, como "O Capital", de Karl Marx, e "A arte da Guerra" (TSAI, 1999).

Se somado às relações públicas e à publicidade e propaganda, resulta na comunicação organizacional – empresarial e institucional (LOPES, 2003), incluindo nesta o marketing político e uso de comunicação alternativa, como teatro, quadrinhos institucionais, estes para empresas, sindicatos, associações de amigos de bairro, clubes sociais, governos, partidos políticos (ver BETTS, COSTA ambos 1999). Tem-se aí o perigoso terreno do "publilismo" (neologismo nosso), quando o espectador não sabe se é jornalismo ou publicidade, acarretando importantes considerações sobre limitação ética. A maioria dos pesquisadores e jornalistas parece ser contrário a qualquer mistura entre jornalismo e publicidade, senão vejamos Giacomini Filho, 1997, Marshall, 2003, Gracioso, Kajuru e Lanyi, estes últimos todos 2004.

O jornalismo colabora ainda com outras técnicas e expressões artísticas. O jornalismo especializado (somado a economia, política, turismo, crítica) resulta em formas específicas e dirigidas desta forma de comunicação. Pode ainda se comunicar com outras formas de arte, como fotografia e teatro, para que estas tenham, também, uma função jornalística e como crônica social.

4. Considerações finais

Esta pesquisa não é crítica, e sim analítica, de forma que exclui considerações acerca da propriedade do exercício das funções apresentadas, objetivando abordar as características e meandros de sua atuação na atualidade prática e nas realidades brasileira e mundial – à margem de quaisquer polêmicas que lhes parecem demasiado

teóricas, tangenciando-as, ao invés de as abraçar – além de demonstrar resultados mais significativos em termos de obras existentes. Procura, desta forma, introduzir os estudos integrados acerca destas áreas, buscando abrir caminho para posteriores estudos específicos mais aprofundados em determinados detalhes da mesma.

As regiões fronteiriças da atuação jornalística possuem métodos, técnicas e linguagens híbridas, sendo indefinidas entre o jornalismo e outros campos do conhecimento, sendo, portanto, parajornalísticas. Não podem, assim, ser incluídas – em sua forma pura – em um ou outro campo, e sim em ambos (quando não em mais de dois). Nestes casos, portanto, a polarização de sua discussão se tem demonstrado inconclusiva e infrutífera.

Desde o novo jornalismo, oficialmente, mas de fato há muito mais tempo, parte dos jornalistas se liberta das regras de limitação acadêmica no exercício de sua profissão. Essa geração de escritores declarou que o jornalismo se destina à passagem das informações para o público, servindo, portanto, se não única, sem dúvida prioritária e centralizadamente a este, no máximo (em certos casos) aos interesses de seus contratantes, e não à consolidação de definições e opiniões de entidades. Assim, não mais importava se suas obras eram jornalismo ou literatura. Elas seriam, de fato, simultaneamente, ou, como vimos, por vezes mais do que as duas.

Ao longo das últimas décadas, marcadamente no caso brasileiro, o processo desta simbiose lingüística somente se arrefeceu, enquanto os puristas permanecem discutindo em convenções, plenários e gabinetes a validade das demarcações políticas e mercadológicas desse limites.

Fica, aqui, a proposta para uma futura pesquisa mais aprofundada e demonstrativa da questão, se detendo mormente nas especificidades de cada uma das áreas limítrofes discorridas e outras tantas não localizadas.

Ao término da pesquisa, se poderia fazer um guia de leitura em forma de vasta bibliografia comentada, que possa orientar futuros pesquisadores acerca de referências e localização dos prévios breves estudos na área.

Quanto às entidades de classe de jornalismo e das outras funções profissionais, fica, portanto, a sugestão de que as mesmas se organizem e comuniquem melhor no sentido de se manter mais atualizadas em relação à realidade do progresso da entropia lingüística midiática e do mercado. Não há (concluir-se-á?), um "uso da linguagem jornalística" por outras especialidades, nem o oposto; e sim, áreas da comunicação

social, massiva ou não, que, por origem ou adaptação, se encontra em estilos fronteiriços (interdisciplinaridade e transdisciplinaridade) que os levam a se tornar linguagens híbridas. Portanto, parajornalísticas.

5. Referências Bibliográficas

ARBEX JR, José. *Showrnalismo* – a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela (2ª. ed), 2002.

BARTHES, Roland. A mensagem fotográfica. In: LIMA, Luiz Costa (org). *Teoria da cultura de massa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra (4ª ed.), 1990.

BETTS, Davi Nelson. As tecnologias como suporte à interdisciplinaridade. In: KAY, Patrícia & ARONCHI, José Carlos (orgs.). *A interdisciplinaridade na comunicação* – pesquisa e profissionalização. Suzano, Abre Olho, 1999.

CAPOTE, Truman. *In cold blood*. New York: Random House, 2002.

CAPRINO, Mônica Pegurer. Questão de estilo: o texto jornalístico e os manuais de redação. In: *Comunicação & Sociedade*. São Bernardo do Campo: UMESP, n.39, 2003.

CAREY, Peter. *30 dias em Sydney*: um relato desvairadamente distorcido. Tradução de Bernardo Carvalho, São Paulo: Companhia das Letras (Coleção O Escritor e a Cidade – Sydney), 2001.

CARTA, Gianni. *Velho novo jornalismo*. São Paulo: Códex, 2003.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Cobras criadas* – David Nasser e O Cruzeiro. São Paulo: Senac, 2001.

CIVITA, Roberto, CARTA, Gianni, et al. *New journalism*: a reportagem como criação literária. Rio de Janeiro: Secretaria de Comunicação Social / Prefeitura da Cidade (Cadernos da Comunicação, Série Estudos, vol. 7), 2003.

CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto* - A imprensa e Fernando Collor. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

COSTA, Luciano Martins. A interdisciplinaridade no âmbito das profissões e no mercado da comunicação: as novas mídias. In: KAY, Patrícia & ARONCHI, José Carlos (orgs.). *A interdisciplinaridade na comunicação* – pesquisa e profissionalização. Suzano, Abre Olho, 1999.

CRUMB, Robert. *América*. Tradução de Daniel Galera. São Paulo: Conrad, 2004.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. São Paulo: Três (Biblioteca do Estudante), 1984.

CZARNOBAI, André Felipe Pontes. *Gonzo* – o filho bastardo do new journalism. Porto Alegre: 2003. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

DANTON, Gian [Ivan Carlo Andrade de Oliveira]. *Propostas discordantes do jornalismo*. Irmandade Raoul Duke, 2002. Disponível na URL: http://planeta.terra.com.br/arte/familiadacoisa/IRD/gian.html em 02-jul 2004.

DÁVILA, Letícia Pimenta. *A imagem na notícia: o jornalismo no cinema*. Rio de Janeiro: Secretaria de Comunicação Social / Prefeitura da Cidade (Cadernos da Comunicação, Série Estudos, vol. 9), 2003.

EISNER, Will. *Comics & sequential art*. Tamarac, Poorhouse (14ª edição, expandida), 1995.

ELLIS, Warren (roteiros) & ROBERTSON, Darick (ilustrações). *Transmetropolitan:* as aventuras de Spider Jerusalém. Arte-final de Rodney Ramos, cores de Nathan Eyring, tradução de Sam Hart & Marcelo Valletta, capas Darick Robertson, Jae Lee et al. São Paulo: Brainstore, nº 1 a 27, 2002 a 2004.

FABRIS, Annateresa & COSTA, Cacilda Teixeira da. *Tendências do livro de artista no Brasil*. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 1985.

FARO, José Salvador. *Revista Realidade 1966-1968: tempo de reportagem na imprensa brasileira*. Porto Alegre: Ulbra / AGE, 1999.

FERREIRA, Álvaro Emídio. *Racionalismo crítico e jornalismo* – elementos para uma reflexão epistemológica. São Paulo: 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide*: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1989.

GERALDO, José. (adaptação, ilustrações e capa) *Campanha de Canudos*. Texto original de Euclides da Cunha. [letreiramento s.a] Rio de Janeiro: EBAL, 1977 (Clássicos Ilustrados, 10).

GIACOMINI FILHO, Gino (coord); GASPAROTTO, Maurício; LANGE, Talvani et al. Merchandising: a face oculta do telejornalismo. In: *Comunicação & Sociedade*. São Bernardo do Campo: UMESP, n.28, 1997.

GIMENEZ, Karen. *Musashi.* São Paulo: Abril (Super Interessante – Coleção Para Saber Mais, nº 28), 2004.

GRACIOSO, Francisco. *Propaganda não pode ser embuste*. Entrevista concedida a Carolina Cassiano. Negócios da comunicação. São Paulo: Segmento, ano 11, nº 8, jun-2004, p. 10-13.

GUSMAN, Sidney (texto) & Nigoul, Andrés (arte). *Super-heróis*. São Paulo: Abril (Família Super – Mundo Estranho – Coleção 100 respostas, 2), [s.d., publ. em 2004]

HERSEY, John. *Hiroshima*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HIME, Gisely Valentim Vaz Coelho. Jornalismo, história e literatura: encontros e desencontros. In: XXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2004, Porto Alegre, RS. Disponível na íntegra em CD-rom do evento.

INOUE, Takehiko (história e desenhos). *Vagabond*. Tradução de Dirce Miyamura; adaptação de Renato Siqueira, Capas de João Rafael Ferraz et al, Letras de Lílian Mitsunaga, baseado no livro "Miyamoto Musashi", de Eiji Yoshikawa. São Paulo: Conrad, n° 1 a 36, 2001 a 2004.

INSTITUTO GUTENBERG. *Novo Jornalismo* – Truman Capote. 1998. Disponível na URL: http://www.igutenberg.org/newjorna.html em 07-mai 2004.

KAJURU, Jorge. Entrevista concedida a Marco Antônio Lopes. Playboy. São Paulo: Abril, ago-2004, p. 51-61.

KOVACH, Bill & ROSENSTIEL, Tom. *Os elementos do jornalismo* – o que os jornalistas devem saber e o público, exigir. Prefácio de Fernando Rodrigues. São Paulo: Geração, 2003.

LANYI, José Paulo & BELMONTE, Wagner. Entre a sobrevivência e a credibilidade. *Negócios da comunicação*. São Paulo, Segmento, ano 11, nº 9, ago-2004, p. 40-46.

LARANJEIRA, Carlos. *Celso Daniel, muito mais que um rebelde* – biografia política (Volume I). São Bernardo do Campo: edição do autor, 2003.

LIMA, Eduardo Pereira. *O que é livro-reportagem.* São Paulo: Brasiliense (Primeiros Passos), 1998.

LOPES, Dirceu Fernandes & PROENÇA, José Luiz (orgs). *Jornalismo investigativo*. São Paulo: Publishare Brasil, 2003.

MARON, Alexandre. *Jornalismo em quadrinhos*. Sobrecarga, 2003. Disponível na URL http://www.sobrecarga.com.br/node/view/655 em 06-jun 2004.

MARQUES DE MELO, Jose. *Estudos de jornalismo comparado*. São Paulo: Pioneira (Biblioteca Pioneira de Arte e Comunicação), 1972.

MARSHALL, Leandro. *O jornalismo na era da publicidade*. São Paulo: Summus (Novas Buscas em Comunicação, 70), 2003.

MOORE, Michael. *Cara, cadê meu país?* Tradução de Wagner Carelli et al. São Paulo: Francis, 2004.

MOORE, Alan (história) & Eddie Campbell (ilustrações). *Do inferno*. Tradução de Jotapê Martins, letras de Ediara Rios. São Paulo: Via Lettera (quatro volumes), 2000.

MORAES, Abs. *Transmetropolitan*: jornalismo gonzo em quadrinhos? Máquina de Ossos, 1999. Disponível na URL: http://www.angelfire.com/ab5/maq/transmet.html em 11-mai 2004.

MORAIS, Fernando. *Chatô, o Rei do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

MOURA, Flávio. Desenho de Quixote é aperitivo para o livro. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 26-set 1999a. Variedades.

_____. Doutorado em forma de gibi. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 26-set 1999b. Variedades.

_____. Quadrinhos, para gostar de ler e ver. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 26-set 1999c. Variedades.

_____. Quadrinhos que fazem a cabeça de gente grande. *Jornal da Tarde*. São Paulo, 26-set 1999d. Variedades.

NAKAZAWA, Keiji (história, ilustrações, capas). *Gen*: pés descalços – uma história de Hiroshima (Volume I). Prefácio de Art Spiegelman, tradução de Sofia Valtas. São Paulo: Conrad, 1999-a.

NARANJO, Marcelo. *Maus, o holocausto em quadrinhos*. Universo HQ, 2001. Disponível na URL http://www.universohq.com/quadrinhos/maus.cfm em 08-mai 2004.

NATAL, Chris Benjamim. *Graphic Novels:* literatura visual. São Bernardo do Campo, 2001. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo.

_____. Literatura visual – influências qualitativas e quantitativas de Moore e Miller no quadrinho adulto publicado no Brasil. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2001, Salvador, BA. Disponível na íntegra em CD-rom do evento.

OLIVEIRA, Ivan Carlo Andrade de. *Critérios de escolha das notícias no jornalismo amapaense*. Macapá: Faculdade Seama, 2003.

PAIVA, Meirevaldo. *O livro didático e o jornal.* Belém: O Liberal, 1999.

PENA, Felipe. Os jornalistas e as reconstruções de vidas – problemas epistemológicos na elaboração do discurso biográfico. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2001, Salvador, BA. Disponível na íntegra em CD-rom do evento.

PORTARI, Douglas Prieto. "Gorazde" é jornalismo em quadrinhos. *Estado de S. Paulo*, 10-jul de 2002. Caderno 2.

QUELLA-GUYOT, Didier. *A História em Quadrinhos*. tradução de Maria Stela Gonçalves e Adail Ubirajara Sobral. (50 palavras, 3) São Paulo: Edições Loyola, 1994.

RABAÇA, Carlos Alberto & BARBOSA, Gustavo Guimarães. *Dicionário de Comunicação*. São Paulo: Ática, 1987.

RIZZO, Sérgio. Aos olhos da multidão. *Negócios da comunicação*. São Paulo, Segmento, ano 11, nº 8, jun-2004, p. 62-68.

SACCO, Joe. *Área de Segurança Gorazde* – A Guerra na Bósnia Oriental, 1992-1995. Tradução de Cris Siqueira. São Paulo: Conrad, 2001.

_____. *Palestina: na Faixa de Gaza*. Tradução de Cris Siqueira. São Paulo: Conrad, 2003.

_____. *Palestina: uma nação ocupada*. Tradução de Cris Siqueira. São Paulo: Conrad (2ª ed.), 2002.

SILVEIRA, Paulo. Arte, comunicação e o território intermidial do livro de artista. In: *Conexão – Comunicação e Cultura*. Caxias do Sul: Educs, nº 2, 2002

SPIEGELMAN, Art (história e arte). *Maus* – a história de um sobrevivente (Volumes I e II). São Paulo: Brasiliense, 1999.

TORAL, André (texto, ilustrações e capa). *Adeus chamigo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

TOSHIO BAN & TEZUKA PRODUCTIONS. *Osamu Tezuka*, uma biografia mangá. Volume I (1928-1945): o nascimento do Osamushi. Introdução de Sônia Bibe Luyten, tradução de Adriana Sada, Letras de Lílian Mitsunaga. São Paulo: Conrad, 2003.

TSAI, Chih Chung (adaptação e ilustrações). *A arte da guerra em quadrinhos*. Tradução de Maria Clara Fernandes; texto original de Sun Zi. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

VARGAS, Raul Osório. Polifonia de saberes: por uma epistemologia da reportagem-ensaio. In: XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2001, Salvador, BA. Disponível na íntegra em CD-rom do evento.